


# ■ Jornadas do Patrimônio no DF: contexto, caminhos, percepções e proposições em Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural

 Luis Fernando Celestino da Costa \*  
Vanessa Nascimento Freitas \*\*  
Rodrigo Capelle Suess \*\*\*  
Raquel Sá Rodrigues de Souza \*\*\*\*

Recebido em: 4 ago. 2020  
Aprovado em: 16 go. 2020

**Resumo:** As Jornadas do Patrimônio no Distrito Federal têm promovido espaços para a construção de saberes e trocas de experiências em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, fortalecendo os vínculos e as relações entre o patrimônio local, nacional e internacional. Este artigo tem como objetivo recompor o processo de constituição e realização das Jornadas do Patrimônio no Distrito Federal, apresentar estudo de caso da edição do ano de 2019 e analisar a sua relação com o desenvolvimento da Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do DF. A metodologia é quali-quantitativa por meio do levantamento de narrativas e dados históricos a respeito das Jornadas do Patrimônio do DF e da construção da Política de Educação Patrimonial da SEEDF, e por meio de análise de 160 formulários de avaliação dos participantes na etapa regional e culminância. O levantamento de dados foi substancial para a avaliação, continuidade e aperfeiçoamento do evento, além de fornecer dados da Educação Patrimonial e do Patrimônio Cultural no Distrito Federal, podem subsidiar o aperfeiçoamento dos atos normativos e políticas públicas da área no Distrito Federal. Entendemos que o caminho técnico e metodológico adotado pelos diversos sujeitos envolvidos no campo da Educação e da Cultura é apenas parte que reflete a totalidade de um projeto de sociedade pautado na valorização da diversidade cultural, no fortalecimento da justiça social e na construção da sustentabilidade planetária.

**Palavras-chave:** Jornadas do Patrimônio. Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Cultura. Educação.

---

\* Luis Fernando Celestino da Costa é licenciado em Pedagogia pela Universidade de Brasília - UnB (2011), especialista em Gestão Pública e Sociedade com Ênfase em Economia Solidária pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2012) e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UnB (2018). Professor de atividades da Carreira Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Integrante da Equipe Gestora do Nível Central responsável pela Política de Educação Patrimonial da SEEDF. Contato: [luisinho85@gmail.com](mailto:luisinho85@gmail.com).

\*\* Vanessa Nascimento Freitas é graduada (Licenciatura e Bacharelado) em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília - UnB (2009/2010) e mestre em Artes (2013) pela mesma instituição. Doutora em Museologia pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Universidade do Porto, em Portugal (2018). Professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Integra a Equipe Gestora do Nível Central responsável pela Política de Educação Patrimonial da SEEDF. Contato: [nasfre.vanessa@gmail.com](mailto:nasfre.vanessa@gmail.com).

\*\*\* Rodrigo Capelle Suess é graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2014), mestre em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB (2016), e doutorando em Geografia pela UnB. Professor da Carreira Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, componente curricular Geografia. Integrante do Grupo de Pesquisa Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia (GEAF-UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4727367551462113>. Contato: [rodrigo.capellesuess@gmail.com](mailto:rodrigo.capellesuess@gmail.com).

\*\*\*\* Raquel Sá Rodrigues de Souza é graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília - UnB (2010), especialista em Gestão Pública pelo Instituto IMP (2015). Professora de Educação Básica da Carreira Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2088636347197503>. Contato: [raquelsarodrigues@gmail.com](mailto:raquelsarodrigues@gmail.com).

## Introdução

As Jornadas do Patrimônio no Distrito Federal constituem caminhos a serem percorridos, anualmente, e se expressa por meio de cursos, seminários, debates, trocas de experiências, formação, apresentações culturais, turismo cívico e outros eventos. Realizadas com um tema específico, têm como objetivo trabalhar, especialmente, três grandes eixos: o Patrimônio Cultural (arqueológico, imaterial, material e natural) do DF, Brasília como patrimônio brasileiro e mundial e a Educação Patrimonial no Distrito Federal.

A sua realização está a cargo do Poder Executivo e do Poder Legislativo, devendo ser planejada e executada, anualmente, em parceria com as universidades, escolas, instituições locais e federais de fomento à cultura e de proteção ao patrimônio, movimentos culturais, sociedade civil organizada, setor privado e demais organismos e movimentos sociais de defesa do patrimônio. Essas e outras orientações estão reguladas na Lei Distrital nº 5.080, de 11 de março de 2013, que institui as Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade no âmbito do Distrito Federal. Assim, pode-se dizer que as Jornadas são um conjunto de atividades que têm como meta a construção e o fortalecimento da Educação e do Patrimônio Cultural, por meio da Educação Patrimonial.

Entendemos a Educação Patrimonial como um processo intencional que visa a construção e apropriação de saberes a respeito de objetos e manifestações que são considerados essenciais para a sobrevivência, identidade, história e memória de um indivíduo ou grupo, isto é, bens culturais comuns que remetem algum sentimento de pertencimento. Trata-se de uma apropriação da cultura ou parte dela que é representativa para a individualidade ou coletividade (SUESS e SOUZA, 2020). Empreendida no contexto do Distrito Federal e das Jornadas do Patrimônio, essa dimensão da educação possibilita dar localidade à cidadania, à sustentabilidade, à democracia e à humanidade almejados por uma sociedade de paz, da diversidade e da justiça social, para a qual nos colocamos a serviço.

Assim, este artigo tem como objetivos recompor narrativas para entender o processo de constituição e realização das Jornadas do Patrimônio no Distrito Federal, apresentar estudo de caso da edição do ano de 2019 e analisar a sua relação com o desenvolvimento da Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Para tanto, utilizou-se uma metodologia híbrida, de caráter quali-quantitativo, em duas frentes, aqui relacionadas. A primeira, objetivou realizar o levantamento de narrativas e dados históricos a respeito das Jornadas do Patrimônio DF e da construção da Política de Educação Patrimonial da SEEDF, por meio de seis entrevistas semiestruturadas realizadas entre os meses de junho e julho de 2020. A segunda, se debruça sobre os questionários de avaliação dos participantes das Jornadas do Patrimônio DF - Etapa Regional e a culminância. A articulação entre essas duas frentes possibilita resgatar as memórias e os intentos originais das Políticas supracitadas em confronto com os impactos que essas têm no campo da Educação e do Patrimônio Cultural.

O resgate das memórias das Jornadas do Patrimônio se mostra fundamental diante do propósito de apresentar os

contextos de sua criação, indicar os caminhos que têm percorrido, compreender as percepções dos educadores sobre o tema e, por fim, vislumbrar algumas perspectivas futuras.

## Metodologia

No trabalho de levantamento de dados sobre as Jornadas do Patrimônio no DF, verificou-se que as publicações em veículos de comunicação sobre esse tema são praticamente inexistentes. Optamos, dessa maneira, por uma metodologia de investigação híbrida (FLICK, 2009), de caráter quali-quantitativo, que permitiu o levantamento de informações históricas e memórias juntamente com a análise do estudo de caso, que é uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo (o "caso") em profundidade e em seu contexto de mundo real (YIN, 2015, p.17), por meio do material coletado na edição de 2019 - etapa regional e culminância. Assim, tal estratégia pode ser dividida em duas frentes:

1. Realização de entrevistas com roteiro de perguntas semiestruturado.
  - a. Os roteiros de entrevista foram enviados e respondidos durante os meses de junho e julho de 2020 a seis pessoas que estiveram ou ainda estão envolvidas com as Jornadas do Patrimônio DF. Na tentativa de diversificar e criar pontos convergentes na análise dos dados, os entrevistados estão, ou estiveram vinculados a três instituições públicas - a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, a Secretaria de Estado de Educação - SEEDF e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC;
  - b. As perguntas possuem três orientações de base: criação da Lei Distrital nº 5.080/2013; sua implementação desde que foi instituída; e a relação entre as Jornadas do Patrimônio DF e a Política de Educação Patrimonial da SEEDF.
2. Análise do questionário de avaliação das Jornadas do Patrimônio - Etapa Regional que ocorreu em polos e a culminância ambas realizadas no ano de 2019.
  - a. O questionário é composto por perguntas abertas e fechadas que pode ser subdividido em três categorias: (I) avaliação do evento; (II) principais motivações; (III) sondagem de projetos e perspectiva em Educação Patrimonial.
  - b. A partir desses dados apresentam-se as percepções gerais dos participantes e proposições a serem empreendidas para a continuidade, aperfeiçoamento e ampliação do campo de influência das Jornadas do Patrimônio no DF e da Educação Patrimonial, especialmente, nas unidades escolares da rede pública.

## Jornadas do Patrimônio DF: constituição, contextos e caminhos

Atentando-nos inicialmente às Jornadas do Patrimônio, enquanto tema tratado no âmbito da cultura e das políticas públicas, seu surgimento dá-se na Europa no início da década de 1980 sendo, posteriormente, utilizado como estratégia para pensar o patrimônio sociocultural em outros países (PINTO, 2016). No Distrito Federal, Brasil, elas foram instituídas,<sup>1</sup> em

2013, juntamente com o Dia do Patrimônio<sup>2</sup>, fazendo parte do calendário oficial de eventos da cidade e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

A nomenclatura, “Jornadas”, não se deu por acaso, pressupõe caminhos, encontro, andanças, viagens, expedições, trajetos, percursos, transição para determinado fim. Sem a pretensão de constituir um ponto final, esse evento tem sido organizado como possibilidade de criar pontos de interseção que podemos traçar em torno do que é comum, de propriedade de um indivíduo ou grupo, que emana pertencimento, identidade e história.

As “Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade” - intitulada de forma contextual e apropriada, de “Jornadas do Patrimônio do DF” - buscou, como dito anteriormente, inspiração nas Jornadas Europeias do Patrimônio, que acontecem, anualmente, em diversos países e regiões do Velho Continente vêm se expandindo na América Latina, incluindo o Brasil. Seu contexto de criação e gradual desenvolvimento indicam caminhos importantes na discussão sobre o Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial realizada no Distrito Federal.

Seus primórdios estiveram associados às comemorações dos 25 anos de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO<sup>3</sup>. Assim, no início do ano de 2012 foi estabelecido, por decreto<sup>4</sup>, o “Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade”. Esse ato normativo previa ampla participação dos órgãos governamentais do GDF<sup>5</sup>, incluindo a Secretaria de Estado de Educação, e dando centralidade representativa à 15ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan-DF, além da UNESCO<sup>6</sup>.

A organização interinstitucional deste ano comemorativo já anunciava, de certa maneira, as bases operacionais previstas na Lei que seria criada - isto é, com ampla participação do poder executivo, legislativo e sociedade civil.

As discussões daquele ano comemorativo (2012) foram fundamentais para a efetivação do patrimônio cultural como uma pauta da SEEDF ao incluir o “Dia do Patrimônio Cultural<sup>7</sup>” e “Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade” no calendário oficial da rede pública de ensino por meio do Projeto de Lei nº 1.079/2012<sup>8</sup>. E em decorrência dessa iniciativa, foi sancionada a Lei nº 5.080 no ano de 2013, importante marco no registro da história da valorização do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial no DF.

A partir da data da sanção da Lei nº 5080/2013, iniciou-se o movimento para realização das Jornadas do Patrimônio, que teve suas primeiras ações realizadas também em 2013<sup>9</sup>. Nos anos seguintes, ocorreram novas versões do evento, envolvendo importantes parcerias interinstitucionais, como, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa - SECEC, a Universidade de Brasília - UnB, o Arquivo Público do DF, Universidade Católica de Brasília - UCB e a SEEDF.

Assim, as Jornadas do Patrimônio surgem, inicialmente, como um amplo espaço de debates, diálogos, trocas de experiências e como um laboratório de ações desenvolvidas entre diversos órgãos e instituições que buscam se debruçar sobre o Patrimônio Cultural de Brasília. No entanto, objetivando ampliar e democratizar o alcance da Lei, o planejamento e a execução têm abarcado, cada vez mais, o Patrimônio Cultural e

Ambiental do Distrito Federal e seu entorno. Tal enquadramento justifica, dessa maneira, a utilização de uma nomenclatura alinhada a esse propósito - “Jornadas do Patrimônio DF”, “Jornadas do Patrimônio Distrital” e “Jornadas do Patrimônio Regionais”.

Conforme entrevista realizada com representantes da CLDF “as Jornadas têm por objetivo a sensibilização dos cidadãos e cidadãs para a importância da salvaguarda do patrimônio”. A Lei nº 5.080/2013 apresenta os seguintes objetivos para esse evento:

Disseminar para todos os cidadãos o conhecimento sobre o patrimônio material e imaterial do Distrito Federal, estabelecendo sua relação com o patrimônio brasileiro e com o patrimônio mundial; promover atividades, cursos, seminários e debates em todas as escolas e universidades do Distrito Federal sobre o patrimônio material e imaterial do Distrito Federal e sobre a condição de Brasília como patrimônio mundial; promover o turismo cívico mediante o estímulo à visitação a espaços e edificações que compõem o patrimônio histórico, artístico, cultural, natural, paisagístico e arqueológico do Distrito Federal; promover e estimular a apresentação e a divulgação dos saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que constituem o patrimônio imaterial do Distrito Federal; valorizar e disseminar as experiências existentes na área educacional e nos diversos âmbitos profissionais relacionados ao patrimônio material e imaterial do Distrito Federal; estimular novas experiências e a capacitação de educadores e profissionais nas diversas áreas de saber relacionadas ao patrimônio material e imaterial do Distrito Federal; e promover a educação patrimonial (DISTRITO FEDERAL, 2013, s. p.).

Na valorização do patrimônio cultural as Jornadas do Patrimônio ampliam a perspectiva da Educação Patrimonial de modo que, ao envolver um movimento dialógico e coletivo de apropriação cultural em torno do patrimônio material e imaterial, permite aos sujeitos uma compreensão histórica e social sobre a diversidade cultural em suas várias manifestações e especificidades locais e regionais. Desse modo, as Jornadas contribuem com a valorização, o reconhecimento e a divulgação de experiências não só na área educacional, mas também nas diversas esferas relacionadas ao trabalho de valorização e preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Sobre a natureza das ações da educação para o patrimônio, destaca-se, ainda, que segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012):

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2012, p. 19).

Nessa compreensão, e a partir de amplos debates e reflexões em torno do Patrimônio Cultural, identifica-se que muitas das práticas desenvolvidas há anos por professores em sala de aula e que apontam aos sujeitos a importância e a necessidade de valorização do patrimônio material e imaterial

em suas diversas manifestações tratam de Educação Patrimonial. Segundo a professora entrevistada, aposentada da SEEDF:

Desde 1985, quando entrei na FEDF, atuo com interesse nesta área. Particpei dessa construção, que foi coletiva e estive presente em vários momentos. A construção da política pública em Educação Patrimonial na rede pública de ensino do Distrito Federal, se deu com a participação de vários atores e sujeitos atuantes. Em 1995, havia no Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional, a DEAC (Divisão de Educação Ambiental e Cultura), setor chefiado pela professora Vera Lessa Catalão, cuja equipe era composta pelos professores Rubens Fontes, Nilcea D'Oracio e Macao Goes, e que tratou desse tema em parceria com as regionais de ensino e escolas (PROFESSORA APOSENTADA SEEDF, 2020).

Assim, por envolver o estímulo e divulgação dos saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que constituem o patrimônio imaterial do DF, as Jornadas do Patrimônio se mostram como um importante movimento, que carrega uma construção histórica muito significativa e representativa, não só para os diversos atores envolvidos, e aqui destacamos, especialmente, os envolvidos na área educacional formal e não formal, mas para toda a população do Distrito Federal. Destaca-se, também a relevância das Jornadas em oportunizar o conhecimento das experiências desenvolvidas no campo da Educação Patrimonial por professores e especialistas na área, e em sensibilizar e engajar os sujeitos para as diversas áreas do saber vinculadas à temática.

Nesse cenário, a complexidade que envolve a construção humana engloba um processo de autoconhecimento e compreensão sócio-histórica que remete à identidade cultural e todas as suas formas de expressão. Tal reflexão não se dá de forma isolada e solitária, mas através de uma abertura sensível ao outro, permitindo-se à crítica em todas suas nuances. Paulo Freire remete essa importância:

Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa. Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado (FREIRE, 1996, p. 50).

É na perspectiva do diálogo e da constante troca de saberes, que se busca a promoção de uma narrativa histórica das Jornadas do Patrimônio no Distrito Federal, resgatando o seu processo de construção, desde sua institucionalização até o seu momento atual, em que se atualiza em torno dos diálogos contemporâneos, discutindo os avanços e desafios enfrentados no decorrer dos anos, a partir dos diversos olhares dos sujeitos envolvidos nesse processo, e como esse importante evento tem contribuído não só para a compreensão acerca do Patrimônio Cultural, mas também para consolidação das políticas públicas voltadas à Educação Patrimonial no Distrito Federal.

## A Educação Patrimonial e as Jornadas na SEEDF

A Educação Patrimonial, conforme já mencionado, foi instituída formalmente na Secretaria de Estado de Educação por meio da Portaria nº 265 de 18 de agosto de 2016, porém, cabe ressaltar, que as práticas docentes vinculadas à temática datam de décadas atrás. Apresenta-se como uma dimensão da educação que busca tratar questões importantes como a identidade, a memória e o pertencimento dos sujeitos aos lugares, ao trabalhar os sentidos das aprendizagens e a construção de significados em educação. Dessa forma, constitui-se em uma ação intencional que objetiva contribuir com a construção do sentido de mundo favorecendo o despertar do pertencimento das pessoas em relação aos seus espaços vividos (SUESS e SOUZA, 2020).

Assim, as Jornadas do Patrimônio foi abraçada pela Secretaria de Educação como um conjunto de atividades que trazem em seu fundamento o desenvolvimento da Política de Educação Patrimonial<sup>10</sup> por meio da construção e do fortalecimento de uma rede de educadores patrimoniais, no entendimento de que uma política pública é construída de forma essencialmente participativa.

A Educação Patrimonial enquanto política pública na SEEDF se apresenta como uma dimensão da educação que agrega ao trabalho pedagógico da educação básica seus princípios fundamentais: a memória, a identidade, a preservação, o pluralismo, a acessibilidade, a valorização, a formação e a inter, multi e transdisciplinaridade (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Assim, além da Portaria que institui a Educação Patrimonial, a concepção de direitos culturais e a ampliação do conceito de patrimônio, resguardado na Constituição de 1988, foi fundamental para o desenvolvimento das reflexões e das práticas relacionadas com o conhecimento e o reconhecimento dos bens culturais brasileiros em suas diversas expressões (FREITAS e COSTA, 2020). A compreensão da natureza material e imaterial dos bens culturais, agregando a eles a noção de identidade, ação e memória, consideradas as perspectivas tanto individual como coletiva de diferentes grupos, passaria ser o ponto de partida para o desenvolvimento da Educação Patrimonial no país (BRASIL, 1988).

A política tem como objetivo promover a presença da temática em programas, projetos e ações de forma transversal e interdisciplinar, tal como apresentado no Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF para todas as etapas e modalidades de ensino. Destaca que as ações e os projetos pedagógicos de Educação Patrimonial devem ser inseridos na política macro das Unidades Escolares de forma multi, inter e transdisciplinar, participativa, integradora, processual, planejada e contínua, devendo a ação pedagógica do professor ser trabalhada de forma transversal nos conteúdos, áreas de conhecimento e atividades pedagógicas (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Como exemplo disso, evidencia-se a necessidade de integração entre as escolas e os diversos espaços culturais do Distrito Federal de forma a favorecer a apreciação, a reflexão crítica, a experimentação e a fruição artística por meio de ações pedagógicas interdisciplinares em conformidade com os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica e a Política de Educação Patrimonial (FREITAS e COSTA, 2020).

O grande objetivo da política pública de Educação Patrimonial é que o patrimônio não seja apenas algo a ser apreciado, mas que suscite reflexões e possa ser compreendido de forma

integrada aos processos de vida dos estudantes, professores, gestores e da comunidade. O trabalho de uma educação para o Patrimônio Cultural guarda lugar íntimo com a identidade dos sujeitos e de seus espaços. Trabalhar Educação Patrimonial pressupõe conhecer os espaços e suas histórias.

Desse modo, quando falamos em uma política pública de Educação Patrimonial na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) estamos nos referindo aos diversos sujeitos envolvidos em sua concepção e construção, bem como a compreensão dos lugares e de suas culturas. O que faz com que essa dimensão educativa se lance em busca de resgate e valorização das peculiaridades históricas e culturais da comunidade escolar, podendo representar uma ação pedagógica estratégica no trabalho de valorização do sentimento de pertencimento, contribuindo para a construção da noção de bem comum, em outros espaços e tempos, que estão além dos muros da escola (SUESS e SOUZA, 2020).

Os primórdios da Educação Patrimonial, enquanto uma política pública a ser desenvolvida pela SEEDF, surge, inicialmente, no ano de 2012, como um projeto vinculado à extinta Diretoria de Diversidade. Posteriormente, esteve vinculado à uma diretoria responsável pela educação integral, relação que permitiu aproximações com as Escolas Parque<sup>11</sup>.

A fim de subsidiar essa nova temática buscou-se contato com uma equipe especializada junto ao IPHAN. Essa primeira aproximação com a instituição mostrou-se fundamental, não somente para dar forma às práticas pedagógicas voltadas ao patrimônio que se pretendia realizar, mas também para o contínuo fortalecimento do trabalho pedagógico em torno da temática. De lá para cá esses laços foram se estreitando, o que culminou em um Termo de Cooperação firmado entre ambas às instituições em 2020<sup>12</sup>.

Inicialmente, esse trabalho resultou em um curso sobre Educação Patrimonial realizado na Coordenação Regional de Sobradinho que marcaria as primeiras atividades desenvolvidas na rede pública de ensino com este tema. O êxito do curso estimulou, desde 2013, a construção de uma Portaria dedicada à Educação Patrimonial.

É preciso destacar que há uma convergência favorável do ponto de vista da gestão à constituição dessa política que relaciona educação e cultura com a aproximação institucional entre a SEEDF e a SECEC. Desde a sua constituição formal a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura vem liderando o processo de organização desse evento. O IPHAN também é uma instituição que sempre deu suporte técnico a sua realização.

### Um estudo de caso: Jornadas do Patrimônio 2019

Após explorarmos um pouco sobre a história e o processo de constituição das Jornadas do Patrimônio DF, trata-se agora de analisar alguns dados quantitativos e qualitativo a respeito do evento e da Educação e Patrimônio Cultural no ano de 2019.

## Jornadas do Patrimônio DF - Regionais

As Jornadas do Patrimônio, Etapa Regional, aconteceu em quatro polos, CRE do Gama (Figura 1), CRE Taguatinga, CRE Plano Piloto e CRE Sobradinho, envolvendo todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino - CRE que compõem a SEEDF, entre os dias 20 e 29 de agosto de 2019. Os objetivos buscados foram os de consolidar um ambiente formativo e de troca de experiências a respeito da Educação Patrimonial, envolver os professores e gestores da rede pública de ensino, por meio da metodologia dos Inventários Participativos<sup>13</sup>, e possibilitar o mapeamento das ações de Educação Patrimonial, a fim de construir uma rede de referências pedagógicas e de boas práticas para a valorização do Distrito Federal e de suas comunidades. Participaram ativamente da proposta, além da própria SEEDF, o IPHAN e a SECEC.

Em relação ao conhecimento em Educação Patrimonial anteriores à formação, 60% dos participantes avaliaram ter um bom nível, 31,6%, reconheceram ter poucos conhecimentos e 14,3% alegaram possuir muitos conhecimentos. Entre os propósitos relacionados ao evento, 34%, destacaram a busca por novos conhecimentos, e 10% o aprimoramento de habilidades e atitudes. A sistematização de algumas informações quantitativas do evento podem ser vistas na Figura 2.

Figura 1. Jornadas do Patrimônio DF - Etapa Regional no polo Gama.



Fonte: Secretaria de Educação do Distrito Federal, 2019.

Figura 2. Quadro com as principais avaliações quantitativas das Jornadas do Patrimônio - Etapa Regional 2019.



Fonte: Secretaria de Educação do Distrito Federal, 2019.

Questionados se em suas Unidades Escolares havia algum projeto voltado ao trabalho de Educação Patrimonial, 25% afirmaram que não, 21,5%, que sim, 18,5% alegaram que não sabia e 34,8% não preencheram. Dos que afirmaram que sim, apenas 22,9% confirmaram a presença desses projetos no projeto político-pedagógico de sua Unidade Escolar e 21,3% reconheceram não saber.

Nas Unidades Escolares em que os projetos de Educação Patrimonial são desenvolvidos foram apontadas as seguintes metodologias e conceitos:

1. Encontros, seminários, oficinas, apresentações e troca de experiências entre os estudantes e a comunidade escolar; apresentação dos conceitos de educação patrimonial como pertencimento, bens materiais e imateriais, valores éticos, bens coletivos, costumes, diversidade e respeito associados a temáticas como o meio ambiente, cultura brasileira, cultura afro brasileira e história local;
2. Construção de maquetes sobre monumentos históricos;
3. Desenvolvimento de projetos de diversidade cultural das regiões brasileiras e preservação, cuidado e proposição de melhorias para a escola;
4. Trabalho com produção de texto, literatura, música e apresentações teatrais; Aulas temáticas nos diversos componentes curriculares;
5. Saídas de campo na comunidade do estudante, com destaque, aos pontos históricos e no Plano Piloto;
6. Intervenções pedagógicas que levam o estudante a conhecer a história pessoal e a do território vivido;
7. Celebrações e festejos como a festa junina;
8. Construção do inventário da escola;
9. E ações de valorização de questões afetivas e de autoestima dos estudantes.

Foi perguntado aos professores participantes como a Educação Patrimonial se relaciona ou poderia se relacionar com os saberes de sua área de conhecimento. Pôde-se destacar a multiplicidade de possibilidades levantadas nos diversos componentes curriculares representados, como a Geografia, História, Sociologia, Arte, Língua Portuguesa, Matemática, Biologia e Educação Física. As questões com maior destaque foram as do trabalho com a cultura popular, vivência, história, território, memória e identidade dos estudantes, por meio do uso de diversas linguagens, como mapas, fotografia, música, literatura, produção textual, narrativa além do incentivo da criação artística, utilizando espaços como a biblioteca, intervalo e espaços do campo e da cidade. Empreendidos com o objetivo de sensibilizar, trabalhar a preservação do patrimônio cultural, de valorizar a cultura local, os valores humanos e a atitudes com os outros, possibilitando a criação de um ambiente escolar inclusivo e afetivo.

Deve-se mencionar algumas especificidades, como o uso da Educação Patrimonial na Matemática, por meio da educação financeira, da coleta, organização e interpretação de dados, geração de tabelas e gráficos e uso de alguns exemplos de patrimônios em situações problema. Foi mencionado ainda, na Língua Portuguesa, o uso em cantigas no letramento, na Biologia, a importância do patrimônio visando reforçar a

preservação do meio ambiente e os cuidados com a própria saúde. Na Educação Física, por meios de jogos e brincadeiras tradicionais e sua relação com os antepassados e a cultural local, o trabalho nas Artes, em interface com a arquitetura, fotografia e obras de arte, e em Geografia, na construção das noções de tempo, espaço, lugar, território, entre outros conhecimentos. Foram mencionados pelos professores a importância dos cursos de Educação do Campo e a presença da Educação Patrimonial no Currículo em Movimento do Distrito Federal.

Também foi explorada com os professores, após o cumprimento da programação, a utilização dos Inventários Participativos no contexto pedagógico de suas Unidades Escolares. Esses profissionais reconhecem os inventários como uma ferramenta que permite a construção de conhecimentos, por meio do diálogo com a realidade cultural dos estudantes, o que possibilita identificar problemas locais e propor soluções, que instrumentalizam a coleta de dados dos pais e da comunidade escolar. Um meio de registro dos objetos e manifestações da escola e da comunidade, avaliada como uma importante metodologia interdisciplinar para trabalhar a Educação Patrimonial, enquanto uma dimensão da educação.

Identificaram que os inventários possibilitam: dar visibilidade a pessoas ou grupos invisibilizadas pela história; propiciar o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem como construtores da própria história; despertar o sentido de coisa pública e de participação cidadã; o reconhecimento daquilo que é importante para si e para a comunidade e a construção do sentido de pertencimento; conhecer melhor a cidade ou o campo, enquanto lugar de habitação; trabalhar a valorização do indivíduo; construir um registro para subsidiar trabalhos futuros; fortalecer a identidade do estudante com o campo, evitando a sua migração para a cidade e o resgate, a sistematização e a valorização das memórias e conhecimentos populares.

Deve-se destacar ainda, a diversidade de locais e manifestações culturais, relacionadas pelos professores, a serem inventariados em seu trabalho pedagógico de Educação Patrimonial com a comunidade escolar. Pode-se destacar aqui um importante movimento de resgate, que ao lançar um novo olhar sobre esses territórios, cria uma rota alternativa e de valorização do patrimônio cultural no Distrito Federal.

Na dimensão geral do Distrito Federal foi destacada a necessidade de inventariar junto aos estudantes, famílias, comunidade e professores, os equipamentos públicos de referência, os locais históricos, os espaços culturais, os espaços religiosos, as festas tradicionais, as bibliotecas, os festivais de conhecimento, os eventos escolares tradicionais e espaços naturais como cachoeiras, parques e nascentes. Para termos de registro, relaciona-se a menção das seguintes referências locais e suas manifestações:

- Brazlândia: Festa do Morango, Balneário Veredinha, Igreja São Sebastião, Batalhão de Bombeiros, Ateliê do Galeno, EPNBraz, Setor Veredas, Santuário Menino Jesus de Praga, Orla do Lago, Setor Tradicional, Hotel Liozita, Chapada Imperial, Batalhas de Rap em torno do Lago e nascentes que abastecem a barragem do Descoberto.

- Ceilândia: Casa do Cantador, Feira de Ceilândia, Caixa D'água, Casa da Memória Viva da Ceilândia, Praça do Cidadão, Escola Técnica de Ceilândia, Cultura Nordestina, Casas antigas da CEL, Movimentos de Rap, Hip Hop e Forró.
- Gama: Estádio Bezerrão, Praça Cine Itapuã, Sítio Andorinhas, Parque Vivencial do Gama, Reserva Ecológica do Gama (Prainha), Lanchonete Amarelinho, Balão do Periquito, Saia Velha (antigo clube), Feiras Populares, Setor Norte (conhecido como casas da SHIS), Bandas de Rock, Desfile de 12 de setembro, Córrego Cupim, Rio Ponte Alta, Gama Shopping, Castelinho, Galpãozinho e espaço comunitário Casa Grande.
- Planaltina: Via-Sacra de Planaltina, Museu Histórico e Artístico, Biblioteca Pública, Associação dos Artesãos de Planaltina, Centro histórico, Vale do Amanhecer, Festa do Divino Espírito Santo (Folia da Rua e Folia da Roça), Festa do Milho, Cavalgada, carro de boi e relação com Planaltina-GO.
- Samambaia: Igreja da Barca, Parque Três Meninas, Calçada do X com campeonatos de rima e hip-hop, Via Sacra do Cristo Negro, Campeonato Anual de Quadrilhas Juninas, Vila Olímpica Rei Pelé e corujas buraqueiras na escola.
- Taguatinga: Mercado Sul, Praça do Relógio, Parque Saburo Onoyama, Tagua Parque, a fauna e a flora dos parques, Biblioteca Braille Dorina Nowill, Biblioteca Pública Machado de Assis, Teatro da Praça, Feira da Praça do Bicalho, Feira permanente da QNL, clubes de Taguatinga que foram desativados, antigos cinemas, Avenida Comercial e Samdu e Cerimônia da Páscoa.
- Paranoá/Itapoã: CEDEP, a Eliana do Boi, Dona Martinha do Coco, a Batalha de Rap, igrejas de diversos credos, terreiros de umbanda e candomblé, Casa Nordestina e Parque Vivencial do Paranoá.

Também foram mencionados, a Casa de Memória do Cruzeiro, o Boi do Seu Teodoro em Sobradinho, o Monumento Solaris e a Praça da Santinha em Santa Maria, a Floresta Nacional de Brasília, a Torre Digital e o Memorial JK no Plano Piloto, histórias de baixo do ipê roxo na Escola Classe Arniquireas, locais históricos de Goiás e Minas Gerais. Observa-se que essas menções não refletem uma hierarquia entre os lugares e não significam que as Regiões Administrativas - RAs em destaque possuem maior relevância cultural do que as outras, as respostas evidenciam, apenas, um maior quantitativo de professores participantes por RA, apesar de evento não ter limitado a participação dos professores da rede pública.

Entre os elogios às Jornadas do Patrimônio 2019 - Etapa Regional, encontram-se a parabenização pela parceria com o Iphan; o reconhecimento da importância desse espaço formativo para a reflexão do conhecimento, para a promoção do respeito à diversidade cultural e para a consolidação de um conhecimento indispensável para a sociedade e para a vida. "Ótima exposição do conteúdo, esclarecedor para leigos no assunto" (PROFESSOR nº 30). Foi levantada a necessidade de o tema estar presente em todas as Unidades Escolares, pois ainda não é conhecido por todos os professores da rede. "Essa jornada foi importante, fez pensar em algo que não tinha ouvido falar" (PROFESSOR nº 70).

Recebemos diversas sugestões para as próximas Jornadas

do Patrimônio 2019 - Etapa Regional, tais como, realizar um encontro em cada Coordenação Regional de Ensino; uso de vídeos nos encontros; criar um material de apoio para o trabalho pedagógico dos professores nas escolas; continuar o evento em outros anos; realizar um levantamento a respeito do conhecimento da Educação Patrimonial pelos professores; evento com mais sugestões práticas para a sala de aula; palestras dentro das escolas; deixar mais claro os papéis das diversas instâncias da SEEDF para a construção da Educação Patrimonial nas escolas e trabalhar como esse tema nas coordenações coletivas das Unidades Escolares.

Assim pode-se dizer que o evento em 2019 foi satisfatório para os participantes da organização ao conteúdo ministrado. Nota-se que a participação esteve relacionada à busca de novos conhecimentos. Identifica-se que o nível de organização da Educação Patrimonial nas Unidades Escolares participantes ainda é baixo, muitos não souberam identificar a existência ou não de projetos relacionados em suas escolas. Nas Unidades Escolares que desenvolvem projetos, eles estão vinculados aos conceitos da Educação Patrimonial; elaboração de materiais didáticos; datas comemorativas e festas temáticas como a Festa Junina e a festa das Regiões Brasileiras; apresentações artísticas; saídas de campo e uso do inventário. No contexto das aulas, nota-se o caráter interdisciplinar que a Educação Patrimonial alcança na construção de sentidos sobre diversos conteúdos e objetivos de aprendizagem.

O tema abordado por esse evento foi visto pelos professores como uma importante ferramenta de construção de conhecimentos por meio da realidade cultural dos estudantes, um instrumento de coleta de dados e de protagonismo da comunidade escolar e do estudante. Os professores puderam indicar diversos locais não reconhecidos ou dificilmente lembrados pelos meios oficiais como de importância cultural para o Distrito Federal. Tratou-se de um ponto alto do evento, o destaque para os locais de importância simbólica para os estudantes que poderiam ser trabalhados para potencializar o trabalho pedagógico em diversos componentes curriculares.

Os participantes evidenciaram a necessidade da continuidade nas discussões daqueles temas abordados nas Jornadas, por meio de novos encontros, produção de material específico e o acompanhamento do trabalho nas escolas. Assim, pode-se dizer que essas informações são de extrema relevância para organização das próximas Jornadas - Etapa Regional.

### **Jornadas do Patrimônio DF - Culminância**

A culminância das Jornadas do Patrimônio Distrital 2019 foi realizada nos dias 12 e 13 de setembro e reuniu, em dois dias de formação e troca de experiências, a Secretaria de Estado de Educação - SEEDF, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC, a universidade, artistas, professores, guias turísticos e interessados nos eixos da educação e patrimônio. O tema gerador desse encontro foi "Pré-Brasília" e as mesas destacaram temas como a identidade, memória, pertencimento, Educação Patrimonial nas

escolas, memória e esquecimento, além de problematizar a importância da proteção ao Patrimônio Cultural (Figura 3).

Do total de 80 participantes do evento, 25, responderam voluntariamente a avaliação realizada por meio de Formulário eletrônico (Google Formulários). No que diz respeito ao vínculo institucional, 60%, eram da SEEDF. Dessa instituição contou-se com a participação de professores lotados nas Unidades Escolares, de nível intermediário e central de políticas públicas em Educação, de projetos e servidores aposentados. As atuações profissionais desses participantes se relacionam com a Docência, Meio Ambiente, Arquitetura, Gestão Cultural, História, Museologia, Administração e Artes.

As áreas de formação mais expressivas em números foram a História e a Sociologia. Outras formações como Pedagogia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, Artes Visuais, Artes Plásticas, Língua Portuguesa, Biologia, Ciências Naturais, Filosofia, Matemática e Políticas Públicas, demonstram o caráter interdisciplinar do público participante.

Nota-se que todos os participantes da pesquisa possuem o Ensino Superior, 44%, apresentam especialização, 28% o título de mestrado e 8% o de doutorado. Aspecto que demonstra a composição de um público com maior grau de escolaridade.

A maioria tomou conhecimento do evento por meio da Internet, 68%, e, especialmente, por meio do aplicativo Whatsapp, sites institucionais e redes sociais. Observa-se que apenas 4% conheceram as Jornadas por meio de Circular interna da SEEDF. O local de trabalho e amigos foram responsáveis por 28% e 20%, respectivamente, do modo de informação sobre o evento.

Todos manifestaram interesse em participar de outras formações em Educação Patrimonial. Em um período anterior a pandemia, 36%, preferiam que a formação acontecesse de forma totalmente presencial; 36% semi-presencial/híbrido; 4% totalmente a distância/online e 24% afirmaram não haver preferência, indicando que participariam das várias formas. Em relação ao conhecimento da política pública de Educação Patrimonial da SEEDF, a Portaria 265/2016, 80% afirmaram que sim e 20% que não. Tratam-se de informações relevantes para o planejamento de outras formações e de debate da política de Educação Patrimonial da SEEDF.

Entre as diversas visões sobre Educação Patrimonial, observa-se o posicionamento indicando-a como um conhecimento necessário, urgente e essencial na escola, para professores e estudantes, nas comunidades e na sociedade, no Distrito Federal e no Brasil. Sua relação com as diversas áreas, o caráter interdisciplinar: a serviço da cidadania, da diversidade cultural e da participação popular; na construção de laços de pertencimento nos locais vividos; para a formação cultural, social, história e econômica do Distrito Federal; na proteção do patrimônio material e imaterial, no reconhecimento da identidade e memória do povo brasileiro; e para a sobrevivência e preservação da humanidade, principalmente, por meio da valorização do patrimônio humano.

Nota-se que 80% dos participantes do evento já realizaram alguma ação ou projeto em Educação Patrimonial. Os locais dessas proposições são dos mais variados possíveis, como escolas públicas e particulares, equipamentos culturais, espaços públicos governamentais, como o Arquivo Público do DF, espaços de remanescentes de quilombolas, fazendas coloniais e espaços

Figura 3. Jornadas do Patrimônio DF 2019 - culminância.



Fonte: Secretaria de Cultura e Economia Criativa, 2019.

comunitários do Distrito Federal e de Goiás. Os temas se relacionam a visitas guiadas dramatizadas; ao território do Distrito Federal, a artistas como Athos Bulcão; a história da educação no DF; a Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade; aos sítios históricos no DF; aos Povos originários; a valorização das histórias regionais no DF; a diáspora, quilombo, ancestralidade e território; a Diversidade cultural e memória candanga; a Educação Patrimonial e Ambiental; a Escola Parque e o ideário pedagógico de Anísio Teixeira; a Educação Museal; a Fazenda Colonial; a Apropriação, identidade e reconhecimento e a valorização da cultura são joanense. Trata-se de informações relevantes que revelam a diversidade e a riqueza de temas que já foram desenvolvidos pelos participantes.

Todos os participantes, até mesmo aqueles que ainda não haviam desenvolvido alguma ação ou projeto, afirmaram ter interesse em realizar algum trabalho pedagógico no futuro e com a aplicação nos seguintes temas/áreas: visitas ao sítio histórico da quadra modelo; projeto que desperte o sentimento de pertencimento dos estudantes aos seus espaços vividos, em sintonia, com a sua cidade, com o Brasil, com o Mundo e o universo; projeto de Educação Museal para os estudantes da rede pública; trabalho com poemas como o tema "o lugar onde vivo"; ampliação dos espaços das Jornadas para o debate dessas propostas; formação de professores a respeito dos 60 anos de Brasília; projeto Escola vai à Fazenda; na Educação do campo com uma abordagem sobre o quilombo Mesquita; na Serra da Capivara-PI; Inventários Participativos e exposições estudantis; projeto de vivência com os bens culturais; estreitamento da política pública de Educação Patrimonial e da Arte-Educação; realização de trilhas e oficinas em fazenda colonial no Distrito Federal; trabalho com a arqueologia do Distrito Federal; resgate das origens identitárias das comunidade nos assentamentos do DF; aplicação dos Inventários Participativos na Administração do Plano Piloto e Educação Patrimonial para os turistas.

Ressalta-se que as considerações tecidas pelos participantes demonstram nível de clareza e organização de ideias a respeito da Educação e do Patrimônio Cultural. Trata-se de um público que dispõe de um conhecimento prévio e até mesmo profissional relativo à abordagem das Jornadas do Patrimônio. A experiência com diversas ações e projetos reforçam essa



especificidade e o interesse no desenvolvimento de ações futuras e revelam o rico campo de possibilidades do trabalho de Educação Patrimonial no Distrito Federal e região.

Em relação à avaliação do evento, mais de 90% sinalizaram como bom ou muito bom o conteúdo apresentado, bem como a possibilidade de interface do evento com outros conteúdos/temáticas e a metodologia utilizada. Em relação à qualidade do uso do tempo (temporalidade), 28% acharam muito bom, 52% bom e 20% regular. Sobre o objetivo com a formação/encontro, 76% alegaram a sua procura para aquisição de novos conhecimentos, 52% para atualização, 48% para aprimorar habilidades e atitudes e 20% para certificação.

### **Considerações, proposições e perspectivas para o futuro das Jornadas do Patrimônio no Distrito Federal**

Em uma breve síntese avaliativa das Jornadas do Patrimônio podemos destacar o envolvimento de diversos componentes curriculares, sugerindo assim que a Educação Patrimonial é uma dimensão educativa essencialmente multidisciplinar. Verificou-se que as Jornadas do Patrimônio possui a participação de um público com maior grau de escolaridade, composta em sua maior parte por Professores da Educação Básica e que possuem vínculo institucional com a SEEDF, o que destaca as Jornadas como um trabalho essencialmente educativo e com predomínio da atuação institucional e de natureza pública.

Houve destaque para o evento e sua relação com a Internet, panorama que demonstrou que a maior parte do público teve conhecimento das Jornadas do Patrimônio por meios virtuais, o que aponta uma perspectiva de atualização para uso das novas tecnologias de informação e comunicação no evento. Todo o público manifestou interesse em participar de outras formações em Educação Patrimonial. Informações bastante relevantes, que destaca a importância da temática e permite um melhor o planejamento de outras formações, além de ampliar os meios de acesso ao debate e as construções da política de Educação Patrimonial da SEEDF.

Entre as diversas visões sobre a Educação Patrimonial, observou-se o posicionamento comum sobre essa relevância dessa dimensão educativa como um conhecimento essencial à comunidade escolar. O que reafirma a relevante contribuição, bem como a potencialidade de alcance da Educação Patrimonial às várias regiões do Distrito Federal.

No que diz respeito às ações ou projetos desenvolvidos em Educação Patrimonial a maior parte do público desenvolve ou já desenvolveu o trabalho pedagógico voltado ao Patrimônio Cultural. Os locais dessas proposições são dos mais variados possíveis, como escolas públicas e particulares, equipamentos culturais, nos espaços públicos governamentais, quilombos, fazendas coloniais e comunidades do Distrito Federal e de Goiás. Panorama de informações que revela a diversidade e a abrangência territorial do trabalho de Educação Patrimonial.

As Jornadas do Patrimônio também expôs o seu potencial educativo, de convencimento e de conscientização sobre a importância da Educação Patrimonial, ao despertar em muitos participantes o desejo em desenvolver ações voltadas à valorização do Patrimônio Cultural.

Em relação ao público participante, pode-se afirmar que, tendo em vista as considerações tecidas pelos participantes,

trata-se de um grupo que possui apropriação da temática, especialmente, os participantes da culminância, demonstrando nível de clareza e organização de ideias a respeito da Educação e do Patrimônio Cultural. Dado que reafirma a identidade formativa das Jornadas do Patrimônio.

Tendo em vista as narrativas, as experiências e os resultados apresentados os autores dessa pesquisa, a título de sugestão, apresentam as seguintes proposições para a continuidade e aperfeiçoamento das Jornadas do Patrimônio no DF:

- Necessidade de complementação e aperfeiçoamento da Lei Distrital nº 5.080/2013 com especificações de atribuição de cada órgão, previsão de instituição e publicação da comissão de organização até o mês de setembro do ano anterior a realização do evento, previsão orçamentária para o evento, mudança das datas de realização do evento prevista na lei, e que considere o calendário escolar anual da SEEDF, e a complementação do nome do evento de "Jornadas de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade" para "Jornadas do Patrimônio Distrital 'Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade'".
- Criar instrumento interinstitucional para a formalização e participação efetiva das diversas Secretarias de Estado e do Poder Legislativo do Distrito Federal e de Instituições Públicas do Governo Federal que também trabalham com a Educação Patrimonial e o Patrimônio Cultural no Distrito Federal;
- Criar mecanismo de incentivo a participação de artistas do Distrito Federal e do entorno;
- Aperfeiçoar a comunicação e cooperação entre as instituições públicas, instituições privadas, movimentos culturais e sociedade civil para potencializar o alcance das Jornadas do Patrimônio;
- Uso de tecnologias no período de pandemia e modelo híbrido (presencial + à distância) no modelo pós-pandemia. Em observação, as Jornadas do Patrimônio 2020 ocorrerá ao longo do segundo semestre de 2020 com encontros virtuais em função do isolamento social para enfrentamento da pandemia;
- Programação diversificada que atenda as demandas educacionais e culturais do Distrito Federal, explorando múltiplas possibilidades em formatos apresentações artísticas, mesas formativas, apresentação de projetos e ações realizadas por diversas instituições, trabalhos acadêmicos, trocas de experiências, saídas de campo no Distrito Federal (rotas patrimoniais) e homenagem aos profissionais pelo desempenho nos trabalhos de Educação e Patrimônio Cultural;
- Evento principal e atividades descentralizadas no percurso do ano elaborada pelas diversas instituições públicas e privadas parceiras do patrimônio cultural no Distrito Federal;
- Realizar com empenho e dedicação as atividades programadas para as Jornadas do Patrimônio DF 2020, tendo em vista o contexto desafiador e o leque de possibilidades que o bom andamento das atividades podem proporcionar <sup>14</sup>.

Na SEEDF identifica-se como importante para o fortalecimento das Jornadas a consolidação dos seguintes movimentos:

- Atualização e reformulação da Portaria que institui a

Política de Educação Patrimonial da SEEDF, com o fortalecimento dos conceitos de Educação e Patrimônio Cultural, objetivos claros para efetivação da política pública, desenho de atribuições internas e previsão de regulamentação da participação da SEEDF nas Jornadas do Patrimônio;

- Constituição do Fórum de Educação Patrimonial da SEEDF para a articulação em rede da Educação Patrimonial e para o fortalecimento das Jornadas do Patrimônio com previsão da representação de dois profissionais de cada Coordenação Regional de Ensino, Subsecretaria, entidade representativa de estudantes e pais;
- Institucionalização e descentralização da organização das Jornadas do Patrimônio - Etapa Regional nas Coordenações Regionais de Ensino do Distrito Federal da SEEDF. Com a perspectiva de ampliar o alcance das Jornadas, valorizar as especificidades locais, discutir e criar novas metodologias em Educação Patrimonial, produzir materiais próprios e construir uma rede de educadores patrimoniais;

- Publicizar e socializar conhecimentos sistematizados a respeito da Educação e do Patrimônio Cultural, por meio de apresentação e publicação de trabalhos;
- Realizar rotas patrimoniais para professores e estudantes que destaquem a relação da Educação e o Patrimônio Cultural no Distrito Federal, com destaque as potencialidades das diversas Regiões Administrativas. Selecionar os grupos de estudantes por meio de concurso audiovisual sobre as principais referências em patrimônio cultural de sua Região Administrativa.

De modo geral, as Jornadas do Patrimônio apresentou uma avaliação muito positiva dos participantes, que praticamente em sua totalidade, consideraram o evento formativo como de grande relevância para o trabalho educativo de valorização do Patrimônio Cultural no Distrito Federal. Os organizadores também endossam essa avaliação e contam com as forças construtivas da sociedade para o fortalecimento da cultura e da educação no DF, por meio da Educação Patrimonial. ■

## Agradecimentos

Agradecemos às inestimáveis contribuições no levantamento de informações empíricas para a composição deste trabalho das seguintes pessoas e respectivas instituições: Arlete Sampaio, Luisa Helena Figueiredo Villa-Verde Carvalho, Ivanna Sant'Ana Torres da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF; Beatriz Coroa Couto, Alessandra Lucena Bittencourt da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC e Maria da Gloria Bomfim Yung, Sônia Maria Soares dos Reis e Wagner de Faria Santana da Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF.

## Notas

<sup>1</sup> Lei Distrital nº 5.080/2013.

<sup>1</sup> Dia 17/08 - Dia do Patrimônio Cultural.

<sup>1</sup> A inscrição de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade ocorreu em 7 de dezembro de 1987.

<sup>1</sup> Decreto nº 33.506, de 26 de janeiro de 2012. DODF nº 20 sexta-feira, 27 de janeiro de 2012.

<sup>1</sup> Comitê Executivo: Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (coordenação); Secretaria de Cultura; Secretaria de Turismo; Secretaria de Governo; Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Educação; Secretaria de Obras; Secretaria de Publicidade Institucional; Arquivo Público do Distrito Federal; Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

<sup>1</sup> O comitê executor responsável pelas ações foi instituído por meio da Portaria nº 11, de 7 de março de 2012 (república).

<sup>1</sup> Dia 17 de agosto em homenagem ao aniversário de Rodrigo Melo Franco de Andrade (17/08/1898).

<sup>1</sup> Implementada entre os dias 7 e 11 de dezembro de 2012, conforme indicado em entrevista com representante da CLDF.

<sup>1</sup> Alinhado às Jornadas do Patrimônio DF foi publicado a revista "Nina em Patrimônio Cultural: educar para preservar" (2013) sendo distribuído 10.000 exemplares às escolas públicas do DF. Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2013/12/11/historia-cultural-do-df-vira-revista/> acesso: 31 de julho de 2020.

<sup>1</sup> Portaria nº 265 de 16 de agosto de 2016.

<sup>1</sup> Conforme entrevista realizada com representante da pasta.

<sup>1</sup> Termo de Cooperação nº 01/2020 (DODF nº 29 de fevereiro de 2020, p. 39).

<sup>1</sup> Ferramenta destinada a pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor (IPHAN, 2016).

<sup>1</sup> As atividades serão realizadas com temáticas que abordem os sessenta anos de Brasília, completados em 2020, e o patrimônio cultural e afetivo do Distrito Federal, conforme chamada para artigos científicos da Revista Com Censo. Website da Revista: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/index>> Acesso em: 31 jul. 2020.

## Referências

- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 5 de outubro de 1988.
- \_\_\_\_\_. **Eixos Transversais Contemporâneos da Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2019.
- \_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília: DOU, 2016.
- DISTRITO FEDERAL. **LEI Nº 5.080, de 11 de março de 2013**. Inclui, no calendário oficial de eventos e no calendário escolar do Distrito Federal, o Dia do Patrimônio Cultural e institui as Jornadas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade. Brasília: DODF, 2013.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria nº 265**, de 16 de agosto de 2016. Institui a Política de Educação Patrimonial da SEEDF. Brasília: DODF, 2016.
- FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014.
- FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Vanessa Nascimento; COSTA, Luís Fernando Celestino da. Projeto Territórios Culturais: Educação Patrimonial e Museal no Distrito Federal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 36-44, mar. 2020.
- PINTO, Helena. **Educação Histórica e Patrimonial: Concepções de Alunos e Professores sobre o Passado em Espaços do Presente**. Porto, Portugal: CITEM — Centro de Investigação Transdisciplinar - Cultura, Espaço e Memória. ]
- SUESS, Rodrigo Capelle; SOUZA, Raquel Sá Rodrigues de. Educação Patrimonial: Perspectivas e ações no âmbito das Políticas Públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 88-99, mar. 2020.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.